



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Termo de Cooperação Técnica

Nº 013 /2019-TJPE e Nº _____ /2019-MUNICÍPIO DE FLORESTA/PE

Processo nº 390/2019-CJ

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO E O MUNICÍPIO DE FLORESTA/PE,
NA FORMA AJUSTADA.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, doravante denominado TJPE, com sede na Praça da República, s/nº - Santo Antônio, Recife (PE), CEP nº 50010-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.431.327/0001-34, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente Des. Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, brasileiro, portador do RG nº 1.025.089 SDS/PE e do CPF nº 148.557.474-91, e na sua ausência e impedimentos legais, ora pelo Vice-Presidente, Desembargador Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, portador do RG nº 880.463 – SSP/PE e do CPF nº 103.955.474-15, ora pelo segundo Vice-Presidente, Desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior, portador do RG nº 886348 – SSP/PE e do CPF nº 102.032.144-04 e o **MUNICÍPIO DE FLORESTA/PE**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com sede na Praça Cel. Fausto Ferraz, nº 183, centro, Floresta-PE, CEP 56.400-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.113.736/0001-20, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Prefeito Ricardo Ferraz, inscrito no CPF sob o nº 420.891.234-00 e RG nº 2.617.812 SSP/PE, residente e domiciliado no Município de Floresta/PE, resolvem celebrar o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CONSIDERANDO que a administração pública deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços, com economia de despesas;

CONSIDERANDO a importância da prestação mútua de assistência para a fiscalização de tributos e permuta de informações entre órgãos públicos;

RESOLVEM de comum acordo celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a possibilidade de cobrança, a partir da respectiva implantação, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido pelas serventias extrajudiciais, localizadas no Município de Floresta, pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, através do Sistema de Controle de Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (SICASE).

Parágrafo único. O valor do ISSQN devido pelas serventias extrajudiciais, localizadas no Município de Floresta, pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e

Processo nº 390/2019-CJ

Desembargador Adalberto de Oliveira Melo



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

notariais, será calculado utilizando-se como base de cálculo o valor dos emolumentos previsto na Tabela de Emolumentos publicada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, incidindo a alíquota de 5% (cinco por cento), prevista no art. 49 c/c o art. 67, itens 21 e 21.1, anexo II, da Lei Complementar nº 420/2010 (Código Tributário do Município de Floresta) e acréscimo dos incisos I e II ao art. 67 por intermédio da Lei nº 695/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS COMPETÊNCIAS DOS PARTICÍPES:

2.1 - Compete ao TJPE:

- disponibilizar para o **MUNICÍPIO**, no boleto bancário emitido através do SICASE, campo para cobrança do ISSQN devido pelas serventias extrajudiciais, localizadas no Município de Floresta, pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais; e
- indicar os servidores selecionados para auxiliarem o **MUNICÍPIO** a executar o objeto deste Convênio, através do desenvolvimento de soluções de informática necessárias.

2.2 - Compete ao MUNICÍPIO:

- desenvolver a solução apresentada pelo **TJPE**, observando a parametrização indicada, para cobrança do ISSQN devido pelas serventias extrajudiciais, localizadas no Município de Floresta, pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais; e
- indicar ao **TJPE** os servidores selecionados para executar o objeto deste Convênio, através do desenvolvimento de soluções de informática necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS: Os recursos humanos utilizados pelos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Cooperação não sofrerão alteração na sua vinculação funcional com os Órgãos de origem, aos quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza remuneratória, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO: O **TJPE** e o **MUNICÍPIO** designarão os respectivos executores do presente Termo de Cooperação, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento deste instrumento, bem como pelo cumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Este instrumento não acarreta nenhum ônus financeiro aos partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

CLÁUSULA SEXTA - DAS MODIFICAÇÕES E DAS ADESÕES: Este instrumento poderá ser modificado a qualquer tempo, desde que com a anuência de ambos os partícipes por intermédio de termo aditivo, com a publicação no Órgão Oficial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente termo é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO: Os partícipes poderão denunciar este Instrumento, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita a outro com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, e formalização do respectivo termo de denúncia, bem como rescindi-lo no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições, sem prejuízo do trâmite regular dos trabalhos em curso na vigência deste acordo.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO: Os convenientes publicarão extrato do presente instrumento, bem como de seus futuros aditamentos, no seu respectivo Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Recife para dirimir as dúvidas e litígios oriundos deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Recife, 16 de abril

de 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

RICARDO FERRAZ
PREFEITO DE FLORESTA

TESTEMUNHAS

1 Severina Dantas
CPF Nº: 693.058.544-00

2 - Guilherme
CPF Nº: 610.767.754-20

St
Stela Maria Torres de Melo Róim
Consultora Jurídica Adjunta
Mat. 175.959-0